

**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS – PI (CORE)**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS**

**ADVOGADO**



**CARGO:**

**ADVOGADO**

**TURNO: MANHÃ**



**CADERNO DE PROVA OBJETIVA**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 15 minutos iniciais.
2. A prova consistirá de 50 questões com quatro alternativas (A, B, C e D) das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
3. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de qualquer material entre os candidatos.
4. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como: régua, dicionário, boné, calculadora, relógio digital, bem como outro material que possa indicar tentativa de fraude.
5. Esta prova terá duração de 3 horas, com início às 09h e término às 12h.



**MAIS INFORMAÇÕES:**

Internet:

[www.institutomachadodeassis.com.br](http://www.institutomachadodeassis.com.br)

Telefone: (86) 9438-4081

**NOME DO CANDIDATO:**

\_\_\_\_\_

**INSTITUTO MACHADO DE ASSIS – IMA**

**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTATES COMERCIAIS – PI (CORE)**

**RASCUNHO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

**FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova**



# LÍNGUA PORTUGUESA

# QUESTÕES DE 1 A 10

## INSTRUÇÃO:

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

### REINO UNIDO RESTRINGE IMIGRANTES QUALIFICADOS DE FORA DA UNIÃO EUROPEIA

1 O Reino Unido anunciou nesta segunda-feira pela primeira vez a imposição de um limite à imigração de profissionais qualificados de fora da União Europeia.

2 Até abril do ano que vem, será permitido que 24,1 mil trabalhadores nessas condições se fixem no país --um corte de 5% em relação ao ano passado.

3 Segundo o governo britânico, a medida, de caráter temporário, tem como objetivo conter a imigração até o estabelecimento de um limite permanente, a ser definido após a realização de consultas a entidades empresariais.

4 O governo busca reduzir a entrada anual de imigrantes até que ela chegue ao nível dos anos 90 - promessa de campanha do Partido Conservador, que lidera a coalizão de governo britânica.

#### Controle

5 A ministra do interior, Theresa May, afirmou à BBC que havia um "claro acordo" no governo de coalizão para imposição de um limite até abril do ano que vem.

6 "A imigração tem sido muito boa para nós, mas a imigração incontrolada não é. Então, precisamos estabelecer controles", disse.

7 Ela acrescentou que a imigração foi um "tema-chave" nas eleições deste ano no Reino Unido e que era preciso "cumprir as promessas feitas".

8 O anúncio do governo britânico não prevê restrições à entrada de imigrantes da União Europeia, que formam um terço da força de trabalho estrangeira no país, nem à chegada de estudantes.

9 Também não serão afetados profissionais transferidos por multinacionais para o país. O ministro dos Negócios, Vince Cable, também afirmou que as restrições serão implementadas de "forma flexível", de forma a não prejudicar a recuperação econômica do país.

#### Críticas

10 Ainda assim, a medida é alvo de críticas de entidades empresariais, como a Federação dos Pequenos Negócios.

11 Os empresários temem que as restrições dificultem as contratações em períodos de alta demanda por trabalhadores.

12 O Partido Trabalhista, de oposição, também não poupou críticas à medida, que, segundo a legenda, afeta apenas um a cada sete imigrantes.

13 "É completamente sem sentido. No melhor dos casos, é um grande gesto. No pior, uma enganação", afirma Alan Johnson, porta-voz da legenda para assuntos relacionados à imigração.

14 Ele alega que já existem restrições ao recrutamento de mão-de-obra de fora da União Europeia.

15 Em 2008, mais de 500 mil pessoas chegaram ao Reino Unido, segundo as estatísticas mais recentes disponíveis. Quase metade desse total é formado por cidadãos da União Europeia ou britânicos de volta ao país.

Extraído da: BBC BRASIL (28/06/2010-17h24)

<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/758546-reino-unido-restringe-imigrantes-qualificados-de-fora-da-uniao-europeia.shtml>

### QUESTÃO 01

A razão pela qual o Reino Unido resolveu restringir a imigração de profissionais qualificados vindos de fora da União Europeia foi:

- (A) O temor às restrições aos recrutamentos de mão de obra qualificada e barata fora do bloco econômico europeu.
- (B) A promessa de campanha feita pelo partido conservador que liderou a coalizão de forças que compõe hoje o governo britânico, como uma das formas para recuperar a economia.
- (C) Resguardar a economia e os empregos dos cidadãos ingleses evitando uma demissão coletiva como nunca se viu na história do país.
- (D) A redução anual da meta para que se atinja ao equilíbrio dos níveis anteriores aos anos 90.

### QUESTÃO 02

Considerando-se o contexto em que aparecem, traduz-se de forma adequada o significado de um vocábulo do texto em:

- (A) (...) Theresa May, afirmou à BBC que havia um "claro acordo" no governo de **coalizão** = *aliança apartidária*
- (B) (...) a medida é **alvo** de críticas de entidades empresariais = *objeto*
- (C) (...) Também não serão **afetados** profissionais transferidos = *auscultados*.
- (D) (...) O anúncio do governo britânico não prevê **restrições** à entrada de imigrantes = *limitações*



**QUESTÃO 03**

No 8º parágrafo do texto, identifica-se, principalmente:

- I. A reprodução em discurso direto da fala da ministra do interior, responsável pelo anúncio feito pelo governo britânico, posicionando-se em relação ao assunto.
- II. Que o caráter da decisão governamental, parece ter sido pautado, além do fator econômico, por uma certa postura paternalista, muito sutil e velada, já que a medida tem um caráter excludente apenas aos profissionais não oriundos da União Europeia.
- III. A incompatibilidade em se conciliar o discurso do governo e a necessidade da força de trabalho estrangeira no país, além da presença necessária de estudantes.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

- (A) II e III
- (B) II
- (C) III
- (D) I e III

**QUESTÃO 04**

No trecho:

"(...) A imigração tem sido muito boa para nós, **mas** a imigração incontrolada não é. **Então**, precisamos estabelecer controles", disse.

As expressões destacadas denotam no trecho supracitado, respectivamente, noções de:

- (A) temporalidade & proporcionalidade
- (B) ressalva & conclusão
- (C) concessividade & conformatividade
- (D) adversidade & finalidade

**Instrução:** Considere o seguinte fragmento de texto para responder à questão de número 5.

*O centro de todos os problemas dos países da União Europeia e até mesmo de países de economias em desenvolvimento, nas últimas décadas e muito principalmente nos dois últimos anos, em que o mundo assistiu ao colapso da maior economia do planeta, resumem-se no seguinte: priorizar a economia interna em detrimento das relações com outras economias emergentes e a concentração de grandes capitais em mercados especulativos rentáveis.*

**QUESTÃO 05**

Há no texto acima um erro gramatical que viola uma premissa básica relacionada ao:

- (A) aspecto da colocação pronominal
- (B) aspecto da regência verbal
- (C) fenômeno da crase
- (D) aspecto da concordância verbal

**QUESTÃO 06**

Em "A União Europeia estava sendo conduzida pela mão segura do governo britânico", a transposição para a voz ativa deixará a forma verbal:

- (A) conduzira
- (B) tinha estado conduzindo
- (C) estava conduzindo
- (D) estivera conduzindo

**QUESTÃO 07**

A única opção em que o vocábulo destacado **não** é uma preposição é:

- (A) Todas as economias estavam corretas, **exceto** a americana.
- (B) Nós, brasileiros, fizemos tudo **conforme** nos pediram os EUA.
- (C) **Contra** a seleção brasileira pairam muitas suspeitas.
- (D) No Brasil nem todos são iguais **perante** a lei.

**QUESTÃO 08**

Há mais de uma forma correta e possível de concordância verbal na opção:

- (A) O Dunga com seu rebanho de anões futebolísticos rumou de volta para o Brasil.
- (B) Cantar e chorar revelarão a alegria e o desgosto do povo brasileiro com a seleção.
- (C) Não sereis vós que resolvereis o problema da seleção brasileira.
- (D) Um ou outro piloto de fórmula 1 treinará no autódromo de Interlagos pela tarde.

**BRASIL E ESPANHA ELIMINADOS NA "COPA VERDE"**

1. E se a Copa do Mundo fosse disputada em qualidade do ar e emissões de carbono? A revista digital **Grist** se fez essa pergunta. Se em vez de índice de gols a contenda fosse em torno do Índice de Desempenho Ambiental, o Brasil e a Espanha, favoritos na Copa real, seria eliminados nas oitavas. E isso porque a chave do Brasil é fraca, com Coreia do Norte (que tem o pior desempenho do mundo) e a Costa do Marfim.
2. A Espanha passa bem na primeira peneira, mas seu crescimento econômico galopante nos últimos anos baseada em carvão (moinho de vento lá ainda pertence mais à literatura) faz com que ela seja vencida pela Suíça, que na finalíssima bate a França e ganha a Copa.  
O exercício da Grist é divertido. Para quem lê inglês, vale a pena.

Extraído da: BBC BRASIL

[http://laboratorio.folha.blog.uol.com.br/arch2010-06-06\\_2010-06-12.html#2010\\_06-11\\_17\\_39\\_48-137758372-0](http://laboratorio.folha.blog.uol.com.br/arch2010-06-06_2010-06-12.html#2010_06-11_17_39_48-137758372-0)



**QUESTÃO 09**

O 1º parágrafo do texto apresenta um desvio da norma padrão da língua, constituindo um erro gramatical, em nível de.

- (A) concordância nominal.
- (B) colocação pronominal.
- (C) concordância verbal.
- (D) emprego de conjunções.

**QUESTÃO 10**

No 2º parágrafo do texto acima há a ocorrência de:

- (A) uma figura de construção chamada silepse de número entre **França** e **Suíça**.
- (B) uso da figura sintática polissíndeto em relação ao pronome **que**.
- (C) emprego inadequado da conjunção **mas**.
- (D) erro gramatical de concordância nominal entre **crescimento** e **baseada**.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**QUESTÕES DE 11 A 50**

**QUESTÃO 11**

É incorreto afirmar sobre a ação direta de inconstitucionalidade:

- (A) O Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição da República e os Tribunais de Justiça os responsáveis pela preservação da supremacia formal das Constituições estaduais em relação à legislação infraconstitucional e municipal.
- (B) No controle concentrado, não havendo suspensão da lei pelo Senado Federal, a lei continua válida e eficaz, só se tornando nula no caso concreto, em razão de sua não aplicação.
- (C) A ação direta de inconstitucionalidade é o controle de constitucionalidade de ato normativo em tese, abstrato, marcado pela generalidade, impessoalidade e abstração.
- (D) Busca-se, com a ação direta de inconstitucionalidade, expurgar do ordenamento a lei ou ato normativo viciado material ou formalmente, através da invalidação desta lei ou ato normativo.

**QUESTÃO 12**

Segundo o que dispõe o Regimento Interno do CORE-PI, o exercício da representação comercial, da agência comercial, distribuição e intermediação de negócios e/ou serviços, na base territorial do Conselho Regional, somente será permitido aos:

- (A) Representantes comerciais, pessoas naturais ou jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, o Regimento Interno e o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.
- (B) Representantes comerciais, pessoas jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, e o Regimento Interno.
- (C) Representantes comerciais, pessoas naturais ou jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, e o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.
- (D) Representantes comerciais, pessoas jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, e o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.

**QUESTÃO 13**

Sobre as autarquias é incorreto afirmar que:

- (A) autarquias são entidades administrativas autônomas, criada por lei.
- (B) autarquias somente podem ser criadas por meio de lei específica, conforme o disposto no art. 47, inciso XIX.
- (C) o fato de a autarquia possuir personalidade jurídica, a coloca como titular de obrigações e direitos próprios, distintos daqueles pertencentes ao ente que a instituiu.
- (D) o INSS (instituto nacional do seguro social) é uma autarquia.

**QUESTÃO 14**

O advento da Lei nº 12.514 trouxe uma limitação à cobrança judicial de anuidades atrasadas promovidas por Conselhos de Classes, de forma que, atualmente, “os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a \_\_\_\_\_ vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente”. Complete a lacuna:





- (A) Cinco.
- (B) Quatro.
- (C) Três.
- (D) Duas.

**QUESTÃO 15**

A respeito do recurso no processo civil, assinale a opção correta.

- (A) O prazo recursal para o revel que não tenha advogado constituído começa a correr a partir de sua intimação, isto é, da publicação da sentença no órgão oficial, sendo assegurado àquele, intimado por edital, o prazo em dobro para recorrer.
- (B) Com a interposição dos embargos de declaração, todos os demais prazos recursais são suspensos, e essa suspensão valerá para o embargante, para a parte contrária e para terceiros prejudicados.
- (C) Cabe agravo contra decisão que defira pedido de relevação de pena de deserção e fixe novo prazo para o recorrente efetuar o preparo, acolhendo-se a justificativa de justo impedimento.
- (D) A retenção de recurso especial interposto contra acórdão proferido no agravo de instrumento, deduzido em face de decisão interlocutória de primeiro grau, impõe ao recorrente reiterá-lo no prazo para a interposição do recusto contra decisão final, ou para as contra-razões.

**QUESTÃO 16**

No código civil existem diversos contratos tipificados, sobre os contratos é incorreto afirmar.

- (A) o contrato de compra e venda pode ser definido, conforme o art. 481, pelo contrato onde, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
- (B) o contrato de compra e venda pode ser puro.
- (C) o contrato de compra e venda é oneroso e unilateral.
- (D) o contrato de doação pode ser aleatório.

**QUESTÃO 17**

Sobre a necessidade de registro no CORE-PI, julgue os itens a seguir:

- I. Serão registrados no Conselho Regional as pessoas jurídicas que tenham em seu nome comercial, denominação ou razão social as palavras “representação”, “representações comerciais”, “agência”, “distribuição” e “intermediação de negócios e/ou serviços”.
- II. É de 30 (trinta) dias da data da constituição das empresas de representação comercial, agência, distribuição ou intermediação de negócios e/ou serviços, individuais ou coletivas, o prazo para registro no Conselho Regional.

- III. A obrigatoriedade do registro também se estende às pessoas jurídicas que tiverem em seu objetivo social as atividades de representação comercial, agência, distribuição e intermediação de negócios e/ou serviços, assim como as pessoas naturais que exerçam as mencionadas atividades.

Marque a alternativa correta:

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I e III estão corretos.
- (C) Somente os itens I e II estão corretos.
- (D) Somente os itens II e III estão corretos.

**QUESTÃO 18**

Sobre o contrato de representação comercial, julgue os itens a seguir:

- I. Dentre os elementos que constarão obrigatoriamente, temos o prazo certo ou indeterminado da representação, a indicação da zona ou zonas em que será exercida a representação comercial e o exercício exclusivo ou não da representação a favor do representante.
- II. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato sem determinação de prazo.
- III. A exclusividade de representação é presumida na ausência de ajustes expressos.
- IV. É vedada no contrato de representação comercial a inclusão de cláusulas *del credere*, a menos que haja anuência expressa do representado.

Marque a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão incorretos.

**QUESTÃO 19**

Analise as alternativas a seguir e assinale a incorreta:

- (A) Para Celso Antônio Bandeira de Mello, as denominadas Entidades Públicas Não-Estatais (pós-reforma do Estado, por meio das Emendas nº 19 e 20) são pessoas privadas que colaboram com o Estado e que, entre os privilégios que recebem do Poder Público, está o conceito tributário da parafiscalidade.
- (B) Entende-se por Termo de Parceria o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades que sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.



- (C) As organizações sociais são entidades colaboradoras do poder público, em atividades relacionadas a ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura, saúde, entre outros, atendidos os requisitos previstos em lei.
- (D) As organizações sociais equiparam-se às organizações da sociedade civil de interesse público quanto a sua natureza jurídica.

#### QUESTÃO 20

Conforme o Código Tributário Nacional em seu Art. 74 § único, a prescrição se interrompe:

- (A) pelo protesto extrajudicial.
- (B) por qualquer ato judicial que não constitua em mora o devedor.
- (C) pelo à situação econômica do sujeito passivo.
- (D) pela citação pessoal feita ao devedor.

#### QUESTÃO 21

Julgue os itens a seguir, acerca dos bens públicos.

- I. Segundo jurisprudência dos tribunais superiores, os bens de sociedade de economia mista são considerados bens públicos.
- II. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas e imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e às necessidades de sua reprodução física e cultural são considerados bens públicos de uso especial, pertencentes ao estado em que se localizem.
- III. Os bens públicos não dispensam, no que diz respeito a sua defesa, a utilização de instrumento do qual pode se valer o particular para a defesa de seu patrimônio esbulhado ou turbado.
- IV. Se o bem público objeto de eventual esbulho for de uso comum ou de uso especial, é cabível a retomada por meio de atos auto-executórios.

A quantidade de itens certos é igual a:

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.

#### QUESTÃO 22

Lei municipal, contrariando a Constituição Federal, institui imposto sobre operações de circulação de livros e jornais. De acordo com o sistema de controle de constitucionalidade, essa lei municipal:

- (A) É válida, pois o ICMS é da competência municipal.
- (B) É válida e constitucional, devido à competência residual do Município.

- (C) É inconstitucional, passível de controle difuso de constitucionalidade.
- (D) É passível de controle concentrado apenas, mediante ação declaratória de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal.

#### QUESTÃO 23

São Agentes Públicos que recebem a incumbência da Administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração do Poder Público:

- (A) Agentes Delegados
- (B) Agentes Credenciados
- (C) Agentes Honoríficos
- (D) Servidores Públicos

#### QUESTÃO 24

Julgue os itens a seguir acerca de impostos municipais:

- I. O IPTU é um imposto de competência municipal e somente pode ser criado por lei municipal ou, na hipótese de existência de território federal, pelo governo do próprio território.
- II. O fornecimento de concreto, por empreitada, para a construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, é prestação de serviços, sujeitando-se à incidência de Imposto Sobre Serviços (ISS).
- III. Visando dar efetividade ao princípio da capacidade contributiva, é lícito que lei municipal fixe adicional progressivo do IPTU em função do número de imóveis do contribuinte.
- IV. Em caso de falecimento do proprietário do imóvel, o IPTU será cobrado pelo município em que se processar o inventário.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.

#### QUESTÃO 25

Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular. A dívida regularmente inscrita:

- (A) Gera a presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
- (B) Gera a certeza e liquidez, mas não tem efeito de prova pré-constituída.

- (C) Estabelece o termo para fluência dos juros de mora.
- (D) Constitui em definitivo o crédito tributário.

**QUESTÃO 26**

A ação para cobrança do crédito tributário está sujeita a prazo:

- (A) Decadencial de 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício civil seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado;
- (B) Prescricional de 180 (cento e oitenta) dias, contados da inscrição do crédito tributário na dívida ativa;
- (C) Prescricional de 20 (vinte) anos, contados do vencimento do prazo para pagamento;
- (D) Prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

**QUESTÃO 27**

Sobre as partes e procuradores é correto:

- (A) Os empregados e os empregadores não poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, haja vista o “*ius postulandi*”.
- (B) Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) Nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado ou provisionado.
- (D) A procuradoria da Justiça do Trabalho, não poderá ajuizar reclamação trabalhista em hipótese alguma.

**QUESTÃO 28**

Em relação à ação anulatória de dívida fiscal inscrita, pode-se afirmar que:

- (A) Para a sua propositura, é indispensável o depósito do valor integral da dívida;
- (B) Poderá ser proposta com o depósito do valor integral da dívida, hipótese em que suspenderá a exigibilidade do débito;
- (C) Não poderá ser proposta após ajuizamento da execução fiscal;
- (D) Tem âmbito restrito à discussão sobre a validade formal do ato de inscrição da dívida.

**QUESTÃO 29**

As hipóteses previstas no CTN para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não incluem:

- (A) o pagamento parcial do tributo.
- (B) o depósito do seu montante integral.
- (C) a medida liminar em ação judicial.
- (D) o parcelamento.



**QUESTÃO 30**

Supondo que na Prefeitura de Teresina fosse promulgada lei municipal que determine o cancelamento de débitos fiscais, já lançados, para com a Fazenda Municipal de valor inferior a R\$ 200,00 (duzentos) reais. O vertente caso trata-se de uma:

- (A) Isenção.
- (B) Remissão.
- (C) Anistia.
- (D) Prescrição.

**QUESTÃO 31**

A obrigação tributária principal tem por objeto:

- (A) a escrituração de livros contábeis.
- (B) o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária
- (C) a prestação de informações tributárias perante a autoridade fiscal competente.
- (D) a inscrição da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

**QUESTÃO 32**

Sobre as ações constitucionais, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) a constituição federal prevê no art.5º, LXVIII, que conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
- (B) segundo entendimento pacífico no Supremo Tribunal Federal não compete ao Tribunal de Justiça, em face dos arts. 96, III, e 125, § 1º, da Constituição Federal, processar e julgar *habeas corpus* contra ato ilegal imputado a promotor de justiça.
- (C) a impetração de *habeas corpus* e a interposição do respectivo recurso ordinário, referentes ao mesmo ato, são conciliáveis.
- (D) ocorrido empate na decisão em sede de *habeas corpus*, cumpre proclamar a decisão mais favorável ao paciente.

**QUESTÃO 33**

Preencha corretamente as lacunas acerca do posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade dos seguintes temas:

- I. Lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.



- II. O estabelecimento de remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
- III. A exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- IV. A adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- V. A incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

Dos temas acima, quantos são considerados CONSTITUCIONAIS pelo STF?

- (A) Cinco.
- (B) Quatro.
- (C) Três.
- (D) Dois.

#### QUESTÃO 34

Assinale a opção correta a respeito do que dispõe a Lei n.º 9.868/1999.

- (A) Proposta a ação direta, só se admitirá desistência se ouvidos, previamente, o advogado-geral da União e o procurador-geral da República.
- (B) A decisão proferida em sede de cautelar, seja ela concessiva ou não, será dotada de eficácia contra todos, com efeito ex nunc, salvo se o STF entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.
- (C) O relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, poderá, após a prestação das informações e a manifestação do advogado-geral da União e do procurador-geral da República, sucessivamente, submeter o processo diretamente ao STF, que terá a obrigatoriedade de julgar definitivamente a ação no prazo de até dez dias.
- (D) A medida cautelar em ação direta de Inconstitucionalidade poderá ser concedida no período de recesso do Tribunal.

#### QUESTÃO 35

A respeito do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

- I. ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, tendo em vista razões de segurança jurídica e excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria absoluta de seus membros, modular os efeitos da decisão.
- II. a Constituição Federal preceitua que somente pelo voto da maioria de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

- III. para o Supremo Tribunal Federal não cabe ação direta de inconstitucionalidade para atacar lei ou ato normativo de eficácia exaurida.
- IV. inexistirá, perante o Supremo Tribunal Federal, controle concentrado por ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal.

- (A) Apenas I e III estão corretas.
- (B) Apenas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas I e II estão corretas.
- (D) Apenas III e IV estão corretas.

#### QUESTÃO 36

Sobre a intervenção municipal, marque a assertiva correta:

- (A) Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
- (B) A intervenção em município, desde que verificada uma das hipóteses que a possibilitem, compete ao Supremo Tribunal Federal se localizado em Território Federal.
- (C) Quando a intervenção implicar no afastamento de autoridades municipais, estes ficam impedidos de retornar aos seus cargos mesmo após cessada a medida interventiva.
- (D) A União Federal poderá requerê-la, desde que sejam violados por quaisquer Municípios algum dos princípios constitucionais sensíveis.

#### QUESTÃO 37

Sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, marque a opção incorreta:

- (A) É inviolável o sigilo das comunicações telegráficas, salvo nas hipóteses de decretação de estado de defesa e de sítio.
- (B) O domicílio é asilo inviolável, salvo em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, em qualquer horário e independentemente do consentimento do morador.
- (C) Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa, convicção filosófica ou política mesmo quando as invoque para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- (D) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício da profissão.



**QUESTÃO 38**

Quanto às disposições do Código Civil de 2002, julgue os itens abaixo:

- I. Aplica-se à dação em pagamento o regime jurídico dos vícios redibitórios.
- II. Opera-se novação quando o devedor oferece nova garantia ao credor.
- III. Em caso de obrigação facultativa, o perecimento da coisa devida não implica a liberação do devedor do vínculo obrigacional, podendo-se dele exigir a realização da obrigação devida.
- IV. Caso o sub-rogado não consiga receber a importância devida, ele poderá cobrá-la do credor original.

Dos itens acima, quantos estão CORRETOS?

- (A) Três.
- (B) Dois.
- (C) Um.
- (D) Zero.

**QUESTÃO 39**

Quanto aos negócios jurídicos marque a alternativa correta:

- (A) O prazo de decadência para postular a anulação de um negócio jurídico é de três anos, contado no caso da coação no dia em que ela cessar.
- (B) Com relação ao negócio jurídico, o silêncio não importa anuência, ainda que as circunstâncias ou os usos os autorizem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- (C) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso de tempo.
- (D) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se for válido na substância e na forma.

**QUESTÃO 40**

Quando da formação do contrato:

- I. Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo à pessoa presente, não foi imediatamente aceita;
- II. Os contratos entre ausentes deixam de ser perfeitos se, antes da aceitação, ou com ela, chegar ao proponente a retratação do aceitante;
- III. Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, mesmo se o proponente não houver ser comprometido a esperar a resposta;
- IV. A proposta é obrigatória quando, feita com prazo à pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.

São verdadeiras as afirmativas:

- (A) I e II, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, II e III, somente.
- (D) II e III, somente.



**QUESTÃO 41**

Em relação aos contratos:

- I. É nulo o contrato de comissão firmado sem a estipulação da remuneração devida ao comissário, visto tratar-se de contrato oneroso;
- II. A preferência impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que ele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto;
- III. O comodatário poderá exigir do comodante o reembolso das despesas com o uso e conservação do bem.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas as de número I e II estão corretas;
- (B) Apenas a de número II está correta;
- (C) Apenas a de número III está correta;
- (D) Todas estão corretas.

**QUESTÃO 42**

Para serem válidos, os atos administrativos precisam atender a alguns requisitos. Sobre os requisitos de validade, assinale a alternativa correta:

- (A) Objeto é a alteração no mundo jurídico que o ato administrativo se propõe a processar, ou seja, sua finalidade.
- (B) A lei pode autorizar expressamente, por meio do fenômeno da avocação, a um agente transferir uma função que lhe é atribuída a outro hierarquicamente inferior.
- (C) São requisitos de validade a competência, o objeto, a forma, o motivo e a imperatividade.
- (D) Pela teoria dos motivos determinantes, o motivo do ato administrativo deve sempre ser compatível com a situação de fato que gerou a emanção do ato.

**QUESTÃO 43**

O Funcionário Público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, incorre no crime de:

- (A) Corrupção Passiva
- (B) Prevaricação
- (C) Concussão
- (D) Peculato

**QUESTÃO 44**

Acerca das pessoas jurídicas e entes despersonalizados é INCORRETO afirmar:

- (A) Que as fundações podem ser criadas por atos *inter vivos* ou *causa mortis*.
- (B) Que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral.

- (C) Que, nas sociedades cujos atos não forem registrados, a responsabilidade do sócio é limitada.
- (D) Que o registro de pessoas jurídicas é constitutivo de personalidade.

**QUESTÃO 45**

A respeito da petição inicial no processo de conhecimento, é INCORRETO afirmar:

- (A) Independentemente da manifestação do réu, poderá o juiz indeferir a petição inicial se verificar desde logo a decadência legal.
- (B) O não atendimento à determinação judicial para promover a emenda da petição inicial, poderá acarretar o seu indeferimento.
- (C) É facultado ao autor não indicar qualquer valor para a causa, quando não tiver condições de estabelecê-la inicialmente.
- (D) Poderá o autor alterar o pedido antes de citado o réu, desde que pagas eventuais custas acrescidas por conta da alteração.

**QUESTÃO 46**

Não dependem de prova os fatos:

- (A) Em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- (B) Notórios, apenas.
- (C) Incontrovertidos, apenas.
- (D) Alegados pela parte sempre que a outra parte for revel.

**QUESTÃO 47**

Destas afirmações, só uma é correta. Indique-a:

- (A) Quando é parte a Fazenda Pública ou Ministério Público, o prazo de um e de outra para contestar será contado em quádruplo e para recorrer em dobro.
- (B) Os litisconsortes têm prazo em dobro para contestar, recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- (C) Porque equiparado ao litisconsorte, também o oponente tem prazo em dobro.
- (D) As partes podem, desde que estejam todas de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

**QUESTÃO 48**

Na penhora de dinheiro, é INCORRETO afirmar que:

- (A) É a primeira espécie na ordem legal de bens penhoráveis.
- (B) Pode ser efetivada por meio eletrônico, desde que requerida pelo credor.
- (C) O juiz, de ofício, utilizando meio eletrônico, determinará a constrição de dinheiro depositado em contas bancárias ou aplicações financeiras.
- (D) Compete ao devedor provar que o dinheiro depositado é absolutamente impenhorável porque são honorários de profissional liberal.



**QUESTÃO 49**

Assinale a correta sequência de Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- I. O conceito de empresário trazido pelo Código Civil Brasileiro perpassa a ideia de que aquele que apenas eventualmente se arrisca em determinada iniciativa, mesmo a fazendo de maneira organizada e visando a aquisição de lucros, não é empresário.
- II. Reza o ordenamento jurídico brasileiro, que os cônjuges podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que sejam casados em regime de comunhão universal.
- III. Em se tratando de restabelecimento, o Código Civil proíbe que, nos três anos subsequentes à transferência, o alienante do estabelecimento faça concorrência ao adquirente. Comportando, todavia a exceção de o alienante a autorizar expressamente, mediante instrumento público.

- (A) V, F, F.
- (B) F, F, V.
- (C) V, F, V.
- (D) F, F, V.

**QUESTÃO 50**

Os atos extrajudiciais que interrompem a prescrição da pretensão à execução do emitente de cheque incluem o (a):

- (A) devolução do cheque pelo sacado por insuficiência de fundos.
- (B) protesto cambial.
- (C) envio de correspondência notificando o não pagamento.
- (D) saque de duplicata à vista em substituição ao cheque devolvido.